

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV – Nº 724 – Brasília, sexta-feira, 3 de julho de 1998

ACM avalia o semestre: “Cumprimos o dever”

Presidente do Senado destaca a aprovação da reforma administrativa, o expressivo volume de votações e as decisões moralizadoras, como a punição da lavagem de dinheiro e os limites impostos à imunidade parlamentar



O plenário realizou 109 sessões para garantir a votação de todas as matérias. Ao fazer um balanço das atividades no primeiro semestre, Antonio Carlos Magalhães (no destaque) garantiu que nada ficou pendente de decisão

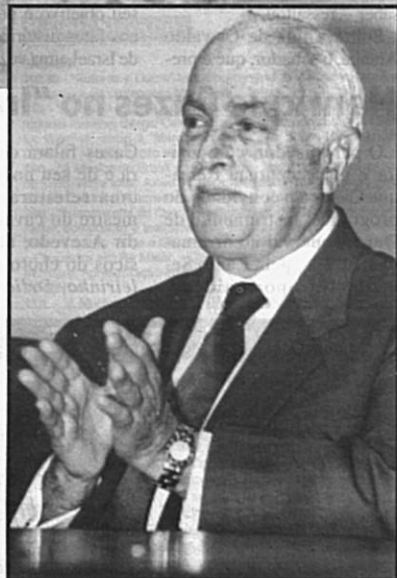
Balanço mostra votação de 310 matérias

Nas 109 sessões que realizou no primeiro semestre – 6 de janeiro a 1º de julho –, o Senado apreciou 310 matérias. Desse total, 253 foram aprovadas e 57 arquivadas.

Somente no mês de junho o Senado votou 122 matérias.

Páginas 3 a 6

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu ontem que os senadores cumpriram seu dever. “Não houve nada que ficasse para votar”, acrescentou. Ao avaliar o trabalho, ele destacou a quantidade e o alcance das medidas. Citou como exemplos a regulamentação dos planos de saúde, a instituição do contrato temporário de trabalho e o projeto de estímulo à produção sucro-alcooleira. **Página 3**





Cabral abriu a solenidade no Espaço Cultural da Câmara

Senador participa do lançamento de concurso de monografia para estudantes sobre o cinquentenário de criação do Estado judeu

Cabral destaca importância das relações entre Brasil e Israel

Ao abrir ontem a solenidade de lançamento de concurso de monografia para estudantes sobre o tema "Cinquentenário da Proclamação do Estado de Israel", no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou a importância do estreitamento das relações entre o Brasil e Israel, lembrando que foi um brasileiro, o embaixador na ONU à época, Oswaldo Aranha, um dos responsáveis pela criação do Estado judeu, em 1948.

— A proclamação de Israel foi a verdadeira promessa de paz para o Oriente Médio, e esse é um fato que todos os estudantes brasileiros deveriam saber — ressaltou.

Sobre a luta de Oswaldo Aranha, o senador, que é pre-

sidente do Grupo Parlamentar Brasil-Israel, lembrou a coragem do brasileiro para implantar o Estado onde os judeus puderam reerguer sua vida, e enalteceu a vitória daquela nação frente ao que sofreu durante a Segunda Guerra Mundial.

O rabino Henry Sobel, líder do Rabinato do Brasil, disse que o sionismo, movimento que caracterizou a luta dos judeus em busca de um território, teve sua origem durante os embarques dos prisioneiros para os campos de concentração dos nazistas, na Segunda Guerra, e significava "um sonho de paz".

O concurso nacional de monografia é destinado a estudantes de 2º grau de todo o Brasil e seu objetivo é permitir acesso aos fatos históricos e culturais de Israel, uma vez que no Brasil

encontra-se um dos maiores contingentes populacionais judeus do mundo.

Estiveram presentes à mesa dos trabalhos de lançamento do concurso o secretário da Confederação Israelita do Brasil (Conib), Berez Aizenstein, o representante da Embaixada de Israel, Gilad Cohen, e o presidente do Movimento Cristão do Brasil, Pedro Laurindo, entre outros. O rabino Henry Sobel também realizou ontem uma visita de cortesia ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a quem pediu apoio para o concurso de monografia.

Informações sobre o concurso podem ser obtidas no Movimento Cristão do Brasil, Centro Empresarial Norte — SRTVN, quadra 701, conjunto "C", salas 502/504, em Brasília.

Odacir elogia trabalho da Ceplac em Rondônia

Ao elogiar o trabalho que a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) vem desenvolvendo em Rondônia, o senador Odacir Soares (PTB-RO) registrou a inauguração da nova sede regional do órgão em Porto Velho. Ele informou que a produção cacaueira mantém cerca de 20 mil empregos diretos e que a estimativa é de que, nos próximos cinco anos, Rondônia volte a produzir entre 35 e 40 mil toneladas de cacau.

Na inauguração da sede, informou o senador, foi realizado o Simpósio sobre Sistemas Agroflorestais na Amazônia, com pronunciamentos sobre os benefícios que o cacau gera para Rondônia, o fortalecimento institucional da Ceplac nos últimos dois anos e o trabalho

em parceria que o órgão faz com a Embrapa, a Emater e o Inbra no incentivo à agricultura.

Odacir Soares disse que o governador de Rondônia, Valdir Raupp, que presidiu o simpósio, destacou o trabalho que o superintendente regional da Ceplac vem fazendo, com mudanças radicais no órgão, construção de novos escritórios e entrega de 30 viaturas para a expansão e melhoria dos serviços de atendimento aos produtores.



Odacir Soares

Suplicy fala na TV sobre desempenho da oposição

O líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), é o convidado de hoje do programa "Sete Dias na Política", produzido pela TV Senado e trans-

mitido às 8h, 13h15, 19h30 e 23h. Na oportunidade, Suplicy fará um balanço do desempenho da oposição durante o primeiro semestre deste ano.

Artistas de Brasília expõem gravuras na Senado Galeria

Quatro artistas plásticos brasileiros, procedentes do Instituto de Artes da Universidade de Brasília, estarão expondo seus trabalhos na Senado Galeria, no período de 6 a 17 de julho. O projeto é uma iniciativa da Coordenação de Relações Públicas do Senado.

Utilizando o papel como suporte, a exposição de Ana Bastos, Rosângela Roosevelt, Virgínia Magalhães e Walde- mar Cassimiro vai privilegiar a

gravura como linguagem artística em suas variantes técnicas — xilogravura, calco-gravura, linóleo, serigrafia e ofsete. Seguindo os artistas, a importância da gravura como meio de comunicação visual também será ressaltada.

A Senado Galeria fica localizada no corredor que liga o Anexo I ao edifício principal do Senado e está aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas.

Henrique Cazes no "Instrumental de Ouro"

O pesquisador, compositor e instrumentista Henrique Cazes é o convidado do programa "Instrumental de Ouro", que vai ao ar amanhã, às 20h, pela Rádio Senado. Na oportunidade,

Cazes falará de sua carreira e de seu novo CD, que é uma releitura da obra do mestre do cavaquinho Waldir Azevedo, autor de clássicos do choro como *Brasileirinho*, *Delicado* e *Peda-*

cinhos do Céu.

A entrevista com Henrique Cazes será entremecida por músicas do novo disco, deixando evidente o estilo leve e a linha de improviso do instrumentista.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social — Fernando

Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração — Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado — Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado — José do Carmo Andrade

Editor-Chefe — Dalba Lima

Editores — Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação — Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão — Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos — Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Destacando o número e a importância das matérias examinadas, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, conclui que o trabalho realizado pela Casa no primeiro semestre foi "extremamente positivo"

ACM diz que toda a pauta foi votada

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou "extremamente proveitoso" o trabalho realizado pela Casa no primeiro semestre, destacando, em especial, a aprovação da reforma administrativa, a quantidade de votações e as decisões de caráter moralizador, como o projeto punindo a lavagem de dinheiro e a proposta de restrição dos privilégios da imunidade parlamentar.

— Cumprimos rigorosamente nosso dever, e os senadores podem ir para os estados fazer campanha, com muita tranquilidade de consciência, porque não houve nada que ficasse para votar — disse.

Antonio Carlos assinalou que foi preciso muito trabalho para garantir que todas as matérias apresentadas ao

Senado fossem votadas a tempo, citando ainda, entre as mais relevantes, a regulamentação dos planos de saúde, a criação do contrato temporário de trabalho e o projeto de estímulo à produção sucro-alcooleira.

O senador explicou que a Comissão Representativa do Congresso Nacional assumirá a direção da Casa durante o recesso parlamentar e aprovará projeto do presidente da República, de caráter aditivo à lei punindo a falsificação de remédios, sancionada hoje;

— O povo brasileiro considera crime hediondo falsificar remédios, mas a Câmara tinha suprimido o artigo 2º. O projeto foi sancionado como votamos, mas, para esclarecer melhor, o presidente da República mandou mensagem nestes termos. Quem falsifica remé-



Segundo ACM, a Comissão Representativa aprovará projeto complementar à lei da falsificação de remédios

dio tem que ir para a cadeia e por muito tempo, é crime inafiançável — reiterou.

Antonio Carlos informou que o Senado terá funcionamento

restrito nos próximos meses: na primeira e na terceira semanas de agosto e na primeira semana de setembro.

— Os parlamentares estarão

em campanha eleitoral, o que é extremamente normal. É melhor do que abrir o Congresso e não ter número para votação — observou.

Senado examinou 310 matérias no semestre

O Senado fechou o primeiro semestre de 1998 com o expressivo resultado de 310 matérias apreciadas em 109 sessões, realizadas de 6 de janeiro a 1º de julho. Cinco emendas constitucionais estão entre as 253 matérias aprovadas, enquanto 57 outras proposições foram enviadas ao arquivo. O último mês foi recorde: 122 matérias apreciadas e 88 aprovadas, no período de 1º de junho a 1º de julho.

Das cinco emendas constitucionais aprovadas pelo Senado, a reforma administrativa já foi promulgada e está em vigor, bem como as alterações do Estatuto dos Militares. Outras três aguardam apreciação pela Câmara dos Deputados: a instituição do serviço civil obrigatório, a inclusão do acesso à moradia entre os direitos fundamentais do cidadão e as restrições à amplitude da imunidade parlamentar.

Matérias de grande repercussão foram aprovadas no semestre, como a regulamentação dos planos de saúde; a tipificação da falsificação de

remédios como crime hediondo; o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego, para jovens de 14 a 18 anos; a "Lei Pelé", regulando as relações de trabalho dos jogadores de futebol; o estabelecimento de normas para o funcionamento das rádios comunitárias; e o fim da Lei de Imprensa.

O Senado votou legislação relevante na área jurídica, como a decisão de proporcionar ga-

rantias de mudança de domicílio e assistência social para estimular a cooperação de vítimas e testemunhas de crimes, ou ainda a alteração do Código Penal, instituindo quatro tipos de penalidades alternativas à prisão.

Medidas moralizadoras foram votadas. Entre elas, as leis punindo o crime de lavagem de dinheiro; as novas regras ampliando as possibilidades de quebra do sigilo bancário, para fa-

cilitar as investigações sobre corrupção e crime organizado; e normas mais rígidas para o endividamento dos estados e municípios.

Outras matérias importantes aprovadas neste semestre foram o projeto de substituição da frota oficial por veículos movidos a álcool ou a outros combustíveis renováveis; a criação do contrato temporário de trabalho; a manutenção da obri-

gatoriedade do psicotécnico nos exames de motorista; a garantia de exploração dos direitos autorais pelos próprios artistas; a anistia das multas impostas aos sindicatos de petroleiros em razão de greve; o estabelecimento de multas para quem atrasar propositalmente o processo judicial; e a concessão de gratificação aos professores universitários.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO

De 6 de janeiro a 1º de julho de 1998

De 1º de junho a 1º de julho

Projetos aprovados e enviados à sanção	41
Projetos aprovados e enviados à promulgação	145
Projetos aprovados e enviados à Câmara	26
Escolha de chefes de missões diplomáticas	23
Escolha de autoridades	13
Emendas constitucionais promulgadas	2
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	3
Total de matérias aprovadas	253
Propostas enviadas ao Arquivo	57
Total de matérias apreciadas	310

Propostas aprovadas e enviadas à Câmara	8
Projetos aprovados e enviados à sanção	14
Projetos aprovados e enviados à promulgação	54
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	1
Escolha de autoridades	3
Escolha de chefes de missões diplomáticas	8
Total de matérias aprovadas	88
Matérias arquivadas	34
Total de matérias apreciadas	122

BALANÇO DO SEMESTRE

Reforma administrativa pode criar novo Estado

Considerada fundamental para o equilíbrio das contas públicas e a modernização do serviço público, a reforma administrativa foi discutida e aprovada pelo Senado em apenas três meses e 11 dias, depois de votada pela Câmara.

Em vigor desde o dia 5 de junho passado, a emenda mudou 28 artigos da Constituição e foi considerada pelas lideranças partidárias como o assunto mais importante discutido e votado no primeiro semestre.

A reforma altera várias normas que regem o serviço público e seus funcionários, permitindo, entre ou-



Romero Jucá

tras coisas, a demissão dos servidores públicos estáveis quando os gastos com a folha de salários da União, dos estados e dos municípios ultrapassarem os 60% da receita líquida. As vagas fechadas com a demissão não podem ser reabertas nos quatro anos seguintes.

Ao defender a reforma em plenário, o relator, senador Romero Jucá (PFL-RR), previu que as mudanças vão levar a uma melhoria na qualidade do serviço público brasileiro.

A reforma permite que, além das demissões para redução dos gastos públicos, poderão ser dispensados servidores que apresentarem desem-

penho insuficiente. Uma lei irá detalhar como se dará essa avaliação, mas prevê que o servidor terá todo direito de defesa. A mudança constitucional estabelece que só continuarão com estabilidade empregatícia os servidores de carreiras típicas de Estado (policiais, diplomatas, fiscais da Receita Federal e da Previdência Social etc.).

As demissões para equilíbrio financeiro (gastos com pessoal limitados a 60% da receita líquida) só poderão ser feitas depois que houver um corte de 20% nas funções comissionadas e demitidos os não-estáveis (aqueles que entraram no serviço público sem concurso depois de 5 de outubro de 1983). Os demitidos receberão um salário para cada ano trabalhado.

PLANOS DE SAÚDE

Regulamentação protege direitos dos usuários contra arbitrariedades

Em 12 de maio, o Senado aprovou, por unanimidade, projeto de lei regulamentando os planos de seguros privados e assistência à saúde, sancionado sem veto pelo presidente da República.

A nova lei foi a primeira a estabelecer exigências mínimas aos planos de saúde, dando 90 dias para que as empresas se adaptem às novas normas, período de transição que deverá estar encerrado na primeira quinzena de agosto.

O relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), avaliou que a nova lei trouxe vá-

rios avanços que favoreceram os usuários, entre eles o fim do limite de dias de internação pagos pelos planos, tanto em enfermarias como em UTIs.

Outros grandes avanços: acesso aos planos e seguros de saúde por pessoas portadoras de transtornos mentais, de deficientes ou de idosos, e a garantia de que os planos de saúde devem cobrir todos os medicamentos que um usuário ou dependente recebe em tratamentos ambulatoriais.



Sebastião Rocha

A lei previu planos mínimos (ambulatorial, hospitalar, obstétrico e odontológico), com preços variados e coberturas diversas, e proibiu os aumentos de preço por faixa etária a partir dos 60 anos de idade, nos casos em que a pessoa já estivesse filiada a um plano ou seguro por

pelo menos 10 anos. Quanto aos prazos de carência, os que se filiam a um plano de saúde terão de observar a carência de seis meses para início de atendimento.

PRIMEIRO EMPREGO

Projeto dá chance aos jovens

No dia 20 de maio, o Senado aprovou projeto de lei do senador Osmar Dias (PSDB-PR) criando o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (Pepe), destinado a estimular oportunidades de trabalho para jovens



Osmar Dias

entre 14 e 18 anos. De acordo com a proposta, as empresas poderão deduzir do Imposto de Renda e da contribuição social os encargos pagos com empregados nessa faixa etária.

Emendas apresentadas em plenário e aprovadas

reduziram de 25% para 10% o limite máximo de vagas a serem preenchidas nas condições do programa e tornou obrigatória a matrícula do menor empregado em uma escola de 1º grau, caso não tenha completado a 8ª série.

O projeto está agora em tramitação na Câmara dos Deputados.

MORADIA

Prefeituras e estados ficarão responsáveis

A inclusão, na Constituição, da moradia como direito social dos brasileiros foi aprovada pelo Senado no dia 5 de maio. A emenda proposta pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO) recebeu apoio unânime de 57 senadores e está agora na Câmara dos Deputados.

A Constituinte de 88 estabeleceu como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Com a alteração constitucional — que precisa ser votada em dois turnos pelos deputados —



Mauro Miranda

as prefeituras e os governos estaduais e o federal ficarão obrigados a definir recursos permanentes para a construção de habitações populares.

— Esse é o ponto de partida para reduzir o déficit não contestado de 6 milhões de ca-

sas no Brasil. Ou colocamos a moradia como prioridade para ajudar a resolver o problema habitacional a médio prazo, ou teremos de conviver com a favelização da periferia das grandes cidades e todas as consequências disso — defende o senador Mauro Miranda.

PROTEÇÃO DE TESTEMUNHA

Estado defenderá quem estiver sendo ameaçado

A integridade física e mental de testemunhas e vítimas de crimes, bem como de seu patrimônio, poderão ser garantidos e protegidos pelo Estado, desde que solicitado pelo Ministério Público ou pela Polícia Judiciária.

Conforme substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) ao projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT), aprovado em abril pelo Senado, esse direito à proteção poderá ser estendido a familiares e afins das vítimas e testemunhas sob ameaça. A proposta agora será discutida na Câmara dos Deputados.

O projeto aprovado pelo Senado determina que o Orçamento da União terá recursos específicos para a proteção, que poderá durar até quatro anos. Essa proteção abrangem em local seguro até ajuda financeira para mudança de cidade com



José Fogaça

novas identidades e assistência social.

Os nomes dos protegidos serão mantidos em segredo judicial e, durante o processo criminal, não poderão ser vistos pelo réu ou pessoas a ele ligadas. Quem tiver acesso ao processo e revelar o nome ou o paradeiro de testemunhas e/ou vítimas poderá ser processado e condenado a até dois anos de cadeia.

— Sabemos que existe no Brasil a chamada "lei do silêncio", pela qual criminosos e suas organizações impõem o silêncio a vítimas e testemunhas por meio de ameaças. Esse verdadeiro poder paralelo que se estabeleceu no país afasta as testemunhas, impedindo que os criminosos sejam punidos. Esse projeto pode mudar tudo isso", explicou o senador Júlio Campos.

Objetivo é estimular oferta de empregos, mas direitos como carteira assinada, descanso semanal e licença-maternidade ficam mantidos

BALANÇO DO SEMESTRE



Contrato temporário de trabalho já é lei

SIGILO BANCÁRIO

Nova lei dá à Receita poder sobre contas

Para facilitar a investigação de fraudes fiscais e a identificação de atividades do crime organizado, o Senado aprovou projeto de lei complementar estendendo aos procuradores federais, à Receita Federal, à Comissão de Valores Mobiliários e ao Tribunal de Contas da União o direito de solicitar quebra de sigilo bancário, sem necessidade de autorização judicial.



Alcântara

O projeto, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), será apreciado pela Câmara. Ele obriga os bancos a fornecer à Receita Federal os nomes de pessoas ou empresas que movimentarem quantias muito elevadas.

GRATIFICAÇÃO

Professores universitários têm reajuste

Os professores universitários poderão ter aumentos salariais que vão de 21% a 48%. Isso ocorrerá a partir da entrada em vigor do projeto que cria a Gratificação de Estímulo à Docência nas Universidades, aprovado no dia 1º de julho.



Cabral

A proposta recebeu parecer favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM): "O projeto prioriza o ensino de graduação, estimulando os professores mais qualificados a lhe dedicar mais tempo". A oposição apontou falhas no projeto, como a exclusão dos funcionários das universidades e dos professores das escolas federais de 1º e 2º graus.

A contratação de empregados por tempo determinado foi aprovada pelo Senado durante a convocação extraordinária feita em janeiro deste ano, sendo o projeto votado depois na Câmara dos Deputados e sancionado pelo presidente da República.

O projeto de lei, relatado favoravelmente pelo senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA), determina que o prazo máximo para a vigência desse tipo de contrato é de dois anos, desobrigando as empresas do pagamento de aviso prévio e da indenização de 40% sobre o FGTS.

O limite de empregados que po-



Waldeck Ornelas

dem ser contratados em regime temporário deve ser estabelecido em negociação coletiva, não podendo ultrapassar os seguintes percentuais, que serão aplicados cumulativamente: 50% do número de trabalhadores para a parcela inferior a 50 empregados; 35% do número de trabalhadores para a parcela entre 50 e 199 empregados; e 20% do número de trabalhadores para a parcela acima de 200 empregados.

Além disso, a alíquota de FGTS é reduzida para 2% para os admitidos sob essa forma de contrato, sem prejuízo de compensação, mediante depósitos mensais vinculados a favor do empregado e previs-

tos em negociação coletiva. As contribuições para Sesi, Sese, Senac e entidades assemelhadas são reduzidas em 50% de seu valor vigente em 1º de janeiro de 1996, pelo prazo de 18 meses.

Para se beneficiar desses descontos, a empresa terá de comprovar que está em dia com o INSS e o FGTS. O contrato temporário de trabalho não dispensa assinatura da carteira de trabalho e mantém o direito ao descanso semanal remunerado e à licença-maternidade.

A lei passou a prever também a criação do Banco de Horas, que permite a compensação do aumento ou da diminuição da jornada de trabalho, em um período de quatro meses, sem que haja a obrigatoriedade do pagamento de horas extras.

LAVAGEM

Um lei para dar fim ao dinheiro sujo

O projeto de lei de iniciativa do Executivo que criminalizou a lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores provenientes do tráfico de drogas, terrorismo e contrabando foi aprovado pelo Senado em 11 de fevereiro, durante a Convocação Extraordinária.

Com o principal propósito de disciplinar e aplicar penas administrativas, a nova lei, já sancionada pelo presidente da República, criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), ligado ao Ministério da Fazenda.

O novo instrumento legal prevê pena de três a dez anos de reclusão, além de multa, para a ocultação de bens ou valores provenientes de crime de tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, e extorsão mediante seqüestro.

SOFTWARE

Propriedade intelectual preservada

O projeto que garante proteção à autoria de programas de computadores (*softwares*) pelo prazo de 50 anos foi aprovado em 22 de janeiro pelo Senado. O projeto do Executivo oriundo da Câmara sofreu quatro emendas do relator na CCI, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), por isso foi enviado à Câmara para nova apreciação.

A proteção à propriedade intelectual de *software*, conforme o projeto aprovado no Senado, é a conferida pela legislação de direitos autorais vigente para as obras literárias. Aos programas de computador, no entanto, não se aplicam disposições relativas a direitos morais, apesar de o projeto assegurar, a qualquer tempo, o direito de o autor reivindicar a paternidade do programa e opor-se a alterações não autorizadas.

DMDAPUBLICA

Resolução fixa normas mais rígidas

Usando de sua competência privativa para legislar sobre dívidas, o Senado votou no mês passado uma resolução, já em vigor, que fixa normas mais severas para o endividamento de estados e municípios.

A resolução acaba com as brechas de uma antiga legislação, as quais permitiram que estados e municípios aumentassem suas dívidas nos últimos anos, especialmente através de operações conhecidas por ARO - antecipação de receita orçamentária.

A nova resolução incluiu as recomendações da CPI dos Títulos Públicos (CPI dos Precatórios), realizada pelo Senado no ano passado. Para evitar que governadores ou prefeitos em fim de mandato assumam dí-

vidas para seus sucessores pagarem, os senadores decidiram que eles não poderão contratar qualquer operação ARO nos 12 meses antes de deixarem o cargo. Como são empréstimos de curto prazo, na prática isso significa que quem pegar o dinheiro emprestado terá de pagá-lo.

A resolução, apresentada pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC), recebeu substitutivo do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC). Ela determina que até 31/12/2010 nenhum governo ou prefeitura poderá aumentar suas dívidas com o lançamento de novos títulos no mercado financeiro. A medida é conside-



Kleinübing

rada fundamental pelo governo para o equilíbrio das contas públicas estaduais e municipais e para a redução dos juros no país.

Os senadores decidiram que as atuais dívidas mobiliárias (em títulos) podem ser "roladas" no mercado, mas sempre com

o resgate de 5% ao ano. Com isso, até 2010, essas dívidas terão caído no mínimo em 60%.

Uma prefeitura ou governo de estado só tomará empréstimo a título de antecipação de receitas orçamentárias (ARO) por leilão eletrônico no sistema financeiro e após ampla divulgação para todos os bancos.

CARRO A ALCOOL

Frota oficial será toda substituída

O Senado aprovou em 26 de maio projeto que determina a substituição de todos os carros oficiais do país por veículos movidos a combustíveis renováveis, como o álcool. Motoristas de táxi também terão de ficar com carro a álcool se quiserem isenção de impostos quando forem comprar novo veículo.



Ramez Tebet

— Este projeto ajudará na reativação do Pro-álcool, um grande gerador de empregos neste país — afirmou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto aprovado exclui os portadores de deficiência física da obrigatoriedade de

comprar carro a álcool se quiserem redução de impostos. Um artigo da proposta determina a ampliação, em 50%, nos prazos dos consórcios de veículos movidos a combustíveis renováveis.

A diminuição dos níveis de poluição atmosférica e a necessidade de promover a auto-suficiência brasileira no campo energético foram algumas das razões apontadas pelos parlamentares para a aprovação do projeto.


BALANÇO DO SEMESTRE

Nova modalidade de recrutamento é semelhante ao mecanismo de alistamento adotado pelas Forças Armadas

Serviço civil desenvolve noções de cidadania

O Senado aprovou por unanimidade, em maio passado, proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o Serviço Civil Obrigatório para jovens isentos ou dispensados do serviço militar. Também serão obrigadas a prestar o serviço civil as pessoas que se recusarem a fazer o serviço militar sob alegação de crença religiosa ou convicção política ou filosófica. A proposta tramitou em conjunto com outra, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), com a mesma finalidade. O serviço ainda será regulamentado por lei.

Conforme o projeto aprovado, as mulheres e os religiosos po-

derão ser convocados para prestar o serviço civil em escolas, entidades sociais, enfermarias de hospitais, prefeituras, serviços comunitários ou na burocracia militar. Em sua justificativa, o senador Antonio Carlos Magalhães afirma que propõe o serviço civil no capítulo da Constituição que trata das Forças Armadas porque o recrutamento terá de aproveitar os atuais mecanismos de convocação e alistamento do Exército, Marinha e Aeronáutica.

A lei regulamentadora definirá



Antonio Carlos

quanto tempo os convocados terão que cumprir no serviço civil e como uma entidade social, uma prefeitura ou uma escola poderá solicitar o trabalho dos jovens recrutados. O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse que o serviço civil tem o apoio do Estado-Maior das Forças Armadas. "O Estado precisa do trabalho dos jovens que completam 18 anos. O serviço civil obrigatório será importante para desenvolver nesses jovens a noção de cidadania, um curso de realidade de Brasil", afirmou o senador.

LEI DE IMPRENSA

Senado aprova o fim da legislação incompatível com estado de direito

O projeto do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), que revoga a Lei de Imprensa, foi considerado aprovado de forma terminativa, pela presidência do Senado, no dia 22 de junho. A proposta havia sido acolhida por unanimidade no início do mês na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer favorável do relator, se-



Jefferson Péres

ador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O projeto tramita agora na Câmara dos Deputados. Jefferson Péres argumenta que os códigos Penal e Civil já prevêem a defesa de qualquer pessoa que for injuriada, difamada ou caluniada por meios de comunicação ou por jornalistas. O Código Penal estabe-

lece as penas e o Código Civil prevê as indenizações por danos morais e patrimoniais decorrentes de notícia ofensiva ou mentirosa. O senador entende que para completar os códigos Penal e Civil basta uma lei detalhando o direito de resposta de pessoas ofendidas em matéria jornalística.

— A atual Lei de Imprensa é incompatível com o estado de direito. Tanto assim que ela não existe na grande maioria dos países democráticos — afirma Jefferson.

FALSIFICAÇÃO DE REMÉDIOS

Penas mais rigorosas barram a escalada de atentados à saúde

Um dia antes de entrar em recessão (30 de junho), o plenário do Senado enviou à sanção presidencial projeto originário da Câmara estabelecendo que a falsificação e a adulteração de medicamentos e de substâncias ou produtos alimentícios destinados ao consumo devem ser consideradas crimes contra a saúde pública. A falsificação de medicamentos, atualmente punida com um a três anos de prisão, passará, pelo projeto, a estar sujeita à pena de dez a 15 anos de prisão.

No seu parecer favorável, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a proposta pois, "infelizmente, a quantidade de falsificações e adulterações de alimentos e medicamentos tem aumentado expressivamente em nosso país, sujeitando a população brasileira à ação delitosa de um sem-número de malfeteiros que atentam contra a saúde e a dignidade do ser humano".

Pelo projeto, o emprego de processo proibido ou de substância não permitida no fabrico de um

produto também teve sua pena ampliada de detenção de um a três meses para reclusão de um a cinco anos. A discrepância entre o rótulo e o conteúdo de medicamentos e alimentos passa a ser punida com um a cinco anos de reclusão, enquanto a redução do valor nutritivo de substâncias e alimentos, considerados ilícitos penais, fica sujeita à pena de quatro a oito anos de reclusão. Realizadas em bebidas, alcoólicas ou não, essas ações criminosas receberão idêntica penalidade.

IMUNIDADE PARLAMENTAR

Só opiniões, palavras e votos estão protegidos

Em dois turnos de votação, o plenário aprovou proposta de emenda constitucional restringindo a imunidade parlamentar. Pelo substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS), fica mantida a imunidade plena apenas em relação a opiniões, palavras e votos de deputados e senadores relacionados com sua atuação parlamentar. A aprovação final da PEC ocorreu no dia 18 de junho.

Entre as modificações do substitutivo figuram: 1) prazo de 120 dias

para que a Câmara ou o Senado vote pedido do STF para iniciar processo contra um parlamentar. Se não houver manifestação nesse prazo, o STF fica autorizado a iniciar a ação penal; 2) mesmo antes da concessão da licença, o STF realizará toda a instrução pertinente à instauração de ação penal e ouvirá a defesa preliminar do parlamentar acusado; 3) processo por crimes praticados antes da diplomação do parlamentar não dependerá de licença.

LEI PELÉ

Uma mudança profunda nas atividades esportivas

No dia 11 de fevereiro, o Senado aprovou uma nova regulamentação para o desporto nacional. Conhecida como Lei Pelé, a nova legislação promove avanços significativos na regulamentação das atividades esportivas. Os clubes poderão trans-



Artur da Távola

formar-se em empresas e os jogadores tiveram seus direitos ampliados, com a extinção do "passe" que o prende ao clube.

O projeto foi relatado favoravelmente no Senado pelos senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Benedita da Silva (PT-RJ).

RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Emissoras locais podem valorizar a integração

Durante a convocação extraordinária do início deste ano (6 de janeiro a 13 de fevereiro), o Senado aprovou sem emendas o projeto de lei da Câmara que institui e regula o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

As rádios comunitárias são definidas como emissoras de baixa potência e cobertura restrita, outorgadas a fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos e sediadas na

localidade de prestação do serviço. A finalidade dessas rádios é a difusão de ideias, elementos da cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade.

Além disso, elas devem propiciar a integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social, prestar serviços de utilidade pública, integrando-se quando necessário aos serviços de defesa civil.

Variedade marca programação da TV Senado no mês de julho

"Dossiê Chatô", documentário sobre a vida do polêmico jornalista Assis Chateaubriand, será uma das atrações da TV Senado durante o mês de julho. Dirigido pelo ator e diretor Guilherme Fontes, o programa inclui depoimentos do senador José Sarney (PMDB-AP), do jornalista Joel Silveira e do escritor Jorge Amado. Os cinco primeiros episódios serão apresentados de segunda a sexta da próxima semana, às 21 horas.

No mesmo horário, neste sábado (4 de julho) e no domingo (dia 5), a emissora exibe a ópera "La Traviata", de Verdi, interpretada pela Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, de Brasília. No próximo fim de semana, dias 11 e 12, a apresentação do Ballet Kirov em Brasília será transmitida com exclusividade pela TV Senado, também às 21h. Na segunda e na terça-feira seguintes, no mesmo horário, a emissora levará ao ar os dois últimos programas da série "Dossiê Chatô".



Chatô será um dos destaques

A partir de quarta, começa a exibição do "Projeto Memória", produzido pela TV Senado, a ser apresentado nos dias úteis entre 15 e 24 de julho, às 21h. O programa inclui entrevistas com senadores que se destacaram na vida do Parlamento, como Darcy Ribeiro, Jarbas Passarinho, Josaphat Marinho e Benedita da Silva.

Os assuntos políticos também terão espaço reservado na programação da emissora, que fará uma retrospectiva das principais votações do semestre e reapresentará as audiências públicas mais interessantes, como a que debateu os problemas das universidades brasileiras.

O autor da proposta, senador José Eduardo Dutra, quer fixar prazos para as empresas explorarem as reservas minerais do país

CCJ vai analisar emenda que muda política mineral

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado vai examinar mais uma vez proposta de emenda constitucional, apresentada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que modifica a política de mineração do país. O senador propõe que a Constituição estabeleça como princípio a exigência de prazos para a concessão e exploração de minérios em solo brasileiro.

Dutra sugere que uma lei específica fixe os prazos mínimo e máximo para as concessões de minérios, levando em conta o tipo de empreendimento, o volume de investimentos e a substância mineral a ser explorada.

No artigo 176 da Constituição, parágrafo terceiro, está previsto apenas o estabelecimento de prazo para a autorização de pesquisa. Quando ganha a concessão,



Dutra: contra "sistema cartorial" a empresa pode explorar o solo até acabarem os recursos minerais, sem prazos fixados pelo governo ou por lei. O senador disse que sua proposta tem por objetivo garantir a modernização do setor mineral, seguindo o exemplo de outros países que adotaram política semelhante, como é o caso do Canadá, que conseguiu a aplicação de US\$ 1 bilhão em pesquisas

minerais nos últimos anos.

O Brasil, observou, continua preso "ao sistema cartorial previsto no Código de Mineração de 1934, que garante à União a propriedade do subsolo somente até a hora em que a jazida é descoberta". Depois desse período, acrescentou, a jazida transforma-se em propriedade de quem a explora, uma vez que o sistema de concessão não permite interferência do Estado antes do término das reservas.

Essa é a terceira vez que o senador tenta mudar a política de mineração no país. A primeira tentativa ocorreu durante a discussão sobre a participação do capital estrangeiro nas privatizações, e a segunda quando os senadores debateram a autorização prévia para a venda da Companhia Vale do Rio Doce.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

- 7h - Entrevista com o professor Gustavo Lins Ribeiro sobre a Copa do Mundo como um evento que cria uma identidade entre os povos
- 8h - "Sete Dias na Política" - entrevista com senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que faz um balanço da atuação da esquerda no 1º semestre
- 9h30 - Entrevista com o professor Gustavo Lins Ribeiro sobre a Copa do Mundo como um evento que cria uma identidade entre os povos
- 10h - Seminário sobre novas tecnologias, realizado pela Casa Thomaz Jefferson, com a participação dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e José Roberto Arruda (PSDB-DF)
- 12h15 - Entrevista com o professor Gustavo Lins Ribeiro sobre a Copa do Mundo como um evento que cria uma identidade entre os povos
- 13h15 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que faz um balanço da atuação da esquerda no 1º semestre
- 14h30 - Seminário sobre dessalinização com a participação do ministro do Meio Ambiente Gustavo Krause
- 18h45 - Entrevista com o professor Gustavo Lins Ribeiro sobre a Copa do Mundo como um evento que cria uma identidade entre os povos
- 19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que faz um balanço da atuação da esquerda no 1º semestre
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - "Fala, Cidadão"

- 21h30 - Entrevista especial com Cristina Bonner e Fernando Rodrigues, sobre o universo da informática e a sua utilização prática
- 22h30 - "Jornal do Senado"
- 23h - "Sete Dias na Política" - entrevista com senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que faz um balanço da atuação da esquerda no 1º semestre
- 0h - "Fala, Cidadão"
- DESTAQUES DO FIM DE SEMANA SÁBADO (04/07/98)**
- 7h30 - "ESPAÇO CULTURAL" - entrevista com o diretor Guilherme Fontes sobre o lançamento da série "Dossiê Chatô", que estreia segunda na TV Senado
- 8h - DEBATE com a participação do secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Ciência e Tecnologia, embaixador Oscar Lorenzo, e do segundo-secretário da Embaixada norte-americana, Adnan Schub, sobre o novo sistema de comércio pela Internet
- 13h - "SETE DIAS NA POLÍTICA" - entrevista com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que faz um balanço do trabalho executado pela oposição neste primeiro semestre
- 17h - "CIDADANIA" - debate com a participação do senador Leonel Paiva (PTB-DF) e do secretário-geral da CNBB, dom Raimundo Damasceno, sobre os problemas enfrentados pelos estados do Nordeste, especialmente a seca
- 18h30 - "AGENDA ECONÔMICA ESPECIAL" com o ministro da Fazenda Pedro Malan, que faz um balanço dos quatro anos do Plano Real
- 21h - "ESPECIAL LA TRAVIATA" - exibição da ópera de Verdi executada pela Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro
- 23h - ENTREVISTA ESPECIAL com Cristina Bonner e Fernando Rodrigues, sobre o universo da informática e a sua utilização prática
- DOMINGO (05/07/98)**
- 7h30 - ENTREVISTA com o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), sobre o desequilíbrio das contas públicas dos estados e municípios
- 12h - "FALA, CIDADÃO"

RÁDIO SENADO

- SÁBADO**
- 10h30 - "Autores e Livros" traz a bordadeira Sávila Dummont. A apresentação é da professora Margarida Patriota
- 11h - "A Música Erudita e seus Mestres" - no programa, a presença do regente romeno, Sergiu Celibidache, interpretando obras do compositor Wagner, como a "Marcha Fúnebre", da ópera "Crepúsculo dos Deuses". Apresentação do senador Artur da Távola
- 16h - "A Música do Brasil" - homenagem aos aniversariantes do mês de julho, entre eles: Alceu Valença, Geraldo Azevedo, João Bosco e Elizeth Cardoso. A apresentação é do senador Artur da Távola
- 20h - "Instrumental de Ouro" - o convidado deste sábado é o pesquisador, compositor e instrumentista Henrique Cazes
- 22h - "Brahm's - Vida e Obra". Esta semana, o "Concerto para Violino e Orquestra em Ré Maior - Opus 77", com a Orquestra Sinfônica de Munique. Apresentação do senador Artur da Távola
- DOMINGO**
- 11h - "A Música Erudita e seus Mestres" (reprise)
- 17h - "Brahm's - Vida e Obra" (reprise)
- 19h30 - "Autores e Livros" (reprise)
- 22h - "A Música do Brasil" (reprise)

COMO SINTONIZAR A TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

- Satélite - B1 ■ Transponder - 1 BE (Banda Estendida), ■ Polarização: Vertical
- Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz ■ Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 khz
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz ■ Antena - 3,6 m LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído) ■ Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC Spectrum Saver - Modelo: NGS Integrated Receiver/Decoder (IRD) Fabricante: CLI (Compressed Digital Video) ■ Forneecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600 ■ Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/

COMO SINTONIZAR A RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários: antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo), banda C; receptor ABR 200, ComStream; LBN DRO ComStream; 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F.
- Informações técnicas: frequência de recepção: Banda L 1.465.600 Mhz; satélite: Brasilsat B2; Polarização: Vertical (RX); Modo: Joint-Stereo; Taxa: 128 Kbps-BPSK; Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0FD 1,17,1.7

Projeto de Emília facilita acompanhamento escolar

Projeto de lei que garante ao pai, mãe ou responsável dispensa de meio turno de trabalho, a cada bimestre, para acompanhamento escolar dos filhos menores foi apresentado pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS).

Na justificativa do projeto, a senadora lembrou que, atualmente, a mulher tem posição destacada no mercado de trabalho: "Em condições normais, já haveria uma fonte de preocupação, em vista dos perigos que a cada dia se agravam, sem

falar nos perigos usuais que cercam os menores que não contam com maiores cuidados por parte dos pais", frisou.

Emília Fernandes citou artigo do jornalista Gilberto Dimenstein, publicado na *Folha de S. Paulo*, sobre aspectos relevantes do isolamento dos filhos do convívio dos pais, "que vão desde perturbações imunológicas à sensação de desamparo, repercutindo física e psicologicamente no comportamento da criança". Destacou que os pais "são vítimas de uma sociedade marcada pelo excesso de trabalho, pelo trânsito caótico, pelo assustador nível de violência urbana, aliados a um sistema de ensino que não oferece período integral de permanência do aluno na escola".

— O projeto não pretende solucionar toda essa questão. No entanto, vale como ponto de partida destinado a proporcionar maior integração entre os pais, filhos e a escola — observou Emília Fernandes.



Emília: ponto de partida

Odacir pede devolução do saldo das contas não recadastradas

O senador Odacir Soares (PTB-RO) apresentou projeto de lei determinando que o governo devolva aos correntistas os recursos que estavam depositados nas contas não recadastradas e que passaram ao domínio da União, sendo repassados ao Tesouro Nacional como receita orçamentária. O projeto altera a Lei nº 9.526, de 8 de dezembro de 1997, que permitiu a transferência desses recursos para a União.

"Trata-se de um desrespeito às leis vigentes no país", afirmou o senador, para quem as autoridades monetárias não devem desconhecer a Lei nº 2.313, que, em seu artigo 1º, estabelece um prazo de 25 anos para a extinção de contas.

Odacir Soares argumentou que as resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) que normatizam a abertura e a manutenção de contas não determinam que a não atualização de cadastros implicaria a extinção dos contratos de depósito e a transformação dos recursos em receita orçamen-

tária. "Apesar disso, o presidente Fernando Henrique determinou, por medida provisória transformada em lei, que os recursos existentes nas contas de depósitos não atualizados no prazo de 180 dias fossem recolhidos ao Banco Central", observou.

O que está havendo, segundo Odacir, é "um desrespeito às autoridades monetárias, às instituições depositárias e a quem sempre paga a conta, o pobre depositante". A matéria será examinada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois na de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo.



Odacir aponta desrespeito à lei

Proposta do senador gaúcho procura assegurar recursos diferenciados para as famílias que vivem da atividade rural

Simon quer garantir crédito especial à agricultura familiar

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu projeto de lei de sua autoria que inclui na Lei Agrícola um dispositivo considerando os agricultores familiares como beneficiários permanentes de crédito especial e diferenciado. Em vez de depender de programas especiais, esses pequenos produtores passariam a ser atendidos de forma continuada, o que já ocorre com os assentados em áreas de reforma agrária:

— A partir da aprovação do projeto, o poder público não apenas poderá conceder crédito especial para as famílias que detêm áreas com até quatro módulos fiscais e têm 80% de sua renda proveniente da atividade rural, mas terá que assegurar tais créditos, em nome de acréscimos na produção de alimentos básicos — explicou Simon.

De acordo com números divulgados pelo senador gaúcho, estudos da FAO (organização da ONU para agricultura e alimentação) concluíram que, mesmo ocupando 60% da



Simon: agricultura familiar recebe só 11% dos financiamentos agrícolas

mão-de-obra da agricultura e sendo responsável por 75% do total das explorações — embora ocupe apenas 25% da área produtiva —, a agricultura familiar recebe só 11% do total dos financiamentos agrícolas.

POLÍTICA PÚBLICA

Na opinião de Simon, o estímulo à produção de alimentos suficientes para garantir o consumo de toda a população, a geração e a manutenção de empregos e a defesa do meio ambiente para as gerações futuras têm de ser uma política pública assumida e legitimada por toda a população. Como a agricultura familiar

inclui todos esses aspectos, ele defende que o seu projeto seja amplamente discutido com os segmentos interessados no assunto.

— O trabalho do pequeno agricultor brasileiro tem sido, ao longo do tempo, uma verdadeira missão. E, como tal, a sua lida mais se parece com um sacerdócio. É ele quem alimenta o país, sem que o país lhe retribua, ao menos, pelo seu suor — comentou Simon, acrescentando que, em duas décadas, 30 milhões de brasileiros deixaram o campo e incharam as cidades.

País pode crescer sem prejudicar reservas naturais, diz Amorim

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou que o Brasil pode manter, ou mesmo aumentar, seu nível de crescimento econômico sem, necessariamente, comprometer as fontes e reservas de recursos naturais. Ele acredita que, nesse sentido, o Protocolo Verde representa uma das principais iniciativas adotadas pelo governo brasileiro em termos de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

— A sociedade brasileira precisa discutir e identificar as prioridades e diretrizes do documento inicial do Protocolo

Verde — observou.

O senador destacou a necessidade de se analisar a questão ambiental relacionada ao cenário econômico. Na opinião de Amorim, é preciso definir critérios para a análise da variável ambiental na alocação de crédito e devem ser buscados novos mecanismos para incrementar a disponibilidade de fundos destinados a projetos ambientais e de saneamento básico.

Amorim lembrou que a Constituição de 1988 determina, em seu artigo 225, que a defesa e a preservação do



Amorim: preocupação ambiental

meio ambiente passar a ser responsabilidade do poder público e da coletividade. Para ele, o texto constitucional vai mais além, estabelecendo um vínculo entre a economia e a meta do desenvolvimento sustentável, ao prever, em seu artigo 192, que o sistema financeiro nacional deve servir "aos interesses da coletividade".